

Becos, ruas e largos: o espaço urbano do arraial do Tijuco, 1735-1775

Alleys, streets and squares: the urban space of the village of Tijuco, 1735-1775

<https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e21>

ANGELO ALVES CARRARA¹

<https://orcid.org/0000-0002-7807-2632>

Universidade Federal de Juiz de Fora / Juiz de Fora, MG, Brasil

LETÍCIA BEDENDO CAMPANHA PIRES²

<https://orcid.org/0009-0006-0659-4569>

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Este artigo tem por objetivo propor um esboço do espaço urbano do antigo arraial do Tijuco entre 1735 e 1784 por meio de um conjunto variado de fontes textuais, bem como de mapas elaborados em 1775 e 1784. O período escolhido abrange os primeiros registros de nomes das vias públicas onde se localizavam as lojas ou vendas do arraial do Tijuco, e a lista de logradouros que acompanha a “pequena planta do arraial do Tijuco” elaborada em 1775. O maior desafio a ser enfrentado é sem dúvida a variação dos nomes para os mesmos logradouros. Com base nos elementos aqui expostos, busca-se mostrar que na década de 1730 os estabelecimentos comerciais se concentravam principalmente nas ruas da Quitanda, do Bonfim e do Carmo, mas também na atual praça Conselheiro Mata, rua do Contrato, Rosário e no Macau – basicamente nos logradouros situados entre a igreja de Santo Antônio e o edifício da antiga Intendência dos Diamantes (situado onde hoje é a Mitra Arquidiocesana de Diamantina). Este parece ter sido o eixo em torno do qual novas vias foram sendo constituídas. Trata-se obviamente de um primeiro esforço, e pesquisas posteriores, sem dúvida, poderão refinar esta proposta.

1. Doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágios de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: angelo.carrara@gmail.com.

2. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ). E-mail: leticia.campanha@fau.ufrj.br.

PALAVRAS-CHAVE: Diamantina. Arraial do Tijuco. Espaço urbano. Século XVIII.

ABSTRACT: This article aims at proposing an outline of the urban space of the old village of Tijuco between 1735 and 1784 through a varied set of textual sources, as well as maps prepared in 1775 and 1784. The chosen period covers the first records of names of the thoroughfare where the stores or sales of the village of Tijuco were located, and the list of public places that accompanies the “small plan of the village Tijuco” drawn up in 1775. The biggest challenge to be faced is undoubtedly the variation of the names for the same public places. Based on the elements exposed here, we seek to show that in the 1730s commercial establishments were concentrated mainly on the streets of Quitanda, Bonfim and Carmo, but also in the current Conselheiro Mata square, streets of Contrato and Rosário, and in Macau. Basically, the public places located between the church of Santo Antônio and the building of the former Intendancy of Diamonds (located where the Archdiocesan Miter of Diamantina is today). This seems to have been the axis around which new routes were built. It is obviously a first effort, and further research will undoubtedly be able to refine this proposal.

KEYWORDS: Diamantina. Village of Tijuco. Urban space. 18th century.

INTRODUÇÃO

O antigo arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, apesar de ter-se formado antes do início da mineração dos diamantes, deveu seu crescimento e notoriedade a esta atividade a partir dos anos finais da década de 1720. Até 1733 a extração das pedras preciosas se deu sob o regime da capitação, isto é, sobre cada escravo empregado nas lavras incidia um tributo. A partir de 1734, contudo, a mineração foi proibida, e começou a ser posto em prática um conjunto de medidas no sentido de controlá-la, dentre as quais a demarcação do território – o Distrito Diamantino – no qual acreditava-se haver diamantes, bem como o estabelecimento de um órgão local – a Intendência dos Diamantes – responsável pela sua administração. A proibição de exploração das lavras diamantíferas, contudo, não parece ter provocado um esvaziamento do Tijuco, já que desde 1735 começou a ser cobrada uma contribuição sobre as lojas e vendas do arraial. Uma nova conjuntura teve início com o estabelecimento do sistema de contrato a partir de 1740, segundo o qual, basicamente, a Coroa portuguesa arrendava a mineração para uma companhia, que detinha o monopólio da extração. À Intendência dos Diamantes cumpria o papel de fiscalizar e reprimir o contrabando. Tal sistema foi extinto em 1771, quando a exploração das lavras passou a ser feita pela Fazenda Real.

Exatamente por ser a residência das autoridades responsáveis pelo controle sobre a exploração diamantífera, dos contratadores e de personagens notáveis, a malha urbana do arraial do Tijuco tem atraído a atenção em diferentes pesquisas, a começar pelo estudo pioneiro de Sílvio de Vasconcelos, ao qual podem ser acrescidos outros.³

Em período mais recente, abordagens inovadoras lançaram luz nova não apenas sobre a malha urbana, mas sobre a própria vida cotidiana no arraial. A este respeito devem de imediato ser elencadas as obras de Júnia Furtado, que incorporam na análise as características da sociedade ali residente ao longo do século XVIII.⁴ Fundamentada nas informações extraídas de fontes variadas, mas especialmente dos inventários *post mortem*, a autora apresentou um quadro abrangente da composição social do arraial. Mais do que isso, buscou esquadrihar a vida cotidiana na Demarcação Diamantina. Pouco depois, avançou na cartografia da distribuição dos residentes pelas ruas do Tijuco com base numa lista de moradores de 1774 elaborada pelo intendente dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça.⁵ A autora conjugou informações relativas a cor, gênero, ocupação, estado civil e condição social dos moradores em cada casa, bem como

3. Vasconcelos (1959), Marx (1990-1992), Assumpção (1993-1997), Pessoa (1998) e Pestana (2001).

4. Furtado (1996, p. 37-72).

5. Furtado (2002, 2003, p. 37-46).

6. Furtado (2002, p. 509).
7. Furtado (2021, p. 79-111). Cf. também Furtado (2022).
8. *Ibid.*, p. 81. Esforço semelhante foi levado a efeito por Allan Kato (2012) para algumas vilas do Paraná com base nas listas nominativas e na décima predial.
9. Pires (2022).
10. Fonseca (2011).

seus graus de parentesco. Ainda que Júnia Furtado advirta quanto ao fato de esta fonte desconsiderar os escravizados no censo, assinala também sua potencialidade para pesquisas sobre essa sociedade por meio do estudo das trajetórias individuais (de que seu livro *Chica da Silva* é nesse sentido modelar), e o cotejamento com outras fontes. Nas suas palavras, “se o tempo se encarregou de apagar a lembrança da presença desses homens e mulheres de cor, traços das suas existências deixaram registros nos fragmentos do passado, que materializou sua cultura mestiça e original”.⁶ Mais recentemente, Júnia Furtado cotejou o censo de 1774 com um documento cartográfico de 1784, e associou as informações extraídas dessas fontes a várias outras por ela recolhidas ao longo do tempo em diversas pesquisas sobre o arraial do Tijucu e a Demarcação Diamantina, além dos registros de viajantes estrangeiros e de estudos sobre as sociedades urbanas mineiras.⁷ A novidade deste estudo está em que, diferentemente do foco delimitado pelo texto “Entre becos e vielas”, o texto mais recente cita e descreve de maneira mais aprofundada as vias, visto que apresenta um diálogo maior com a cartografia de 1775. Mais do que isso, neste último estudo, a autora buscou superar o caráter imóvel da sociedade retratada pelo censo, com vistas a “revelar uma configuração mais dinâmica e plural do arraial, onde um número significativo de pessoas de cor, majoritariamente negras africanas, era chefe de domicílio”.⁸

Já Letícia Pires recorreu à décima predial das primeiras décadas do século XIX, bem como ao mapa de 1784 para analisar a espacialidade de aspectos socioeconômicos do arraial do Tijucu e refletir sobre a relação entre a tipologia, localização, condição e valor dos imóveis.⁹ Buscou também identificar personagens e narrativas por trás da fonte. Como bem destacou, uma das fragilidades da décima predial é a imprecisão das informações relativas à localização dos imóveis por rua. Apesar disso, trata-se de um documento promissor, por possibilitar o cotejo de dados colhidos em outras fontes, assim como estudos sobre o perfil de gênero e étnico-racial.

Ainda que seja mais abrangente sobre os processos de constituição – institucional e material – dos núcleos e dos territórios urbanos de Minas Gerais, e das diversas representações associadas a tais espaços, *Arraiais e vilas d’el rei* é sem dúvida um estudo indispensável para todos quantos estudam o fenômeno urbano mineiro.¹⁰ Cláudia Fonseca analisa o objeto em três partes, correspondentes ao que considera as diferentes dimensões ou “escalas” que identificou no processo de formação dos espaços e territórios urbanos da capitania. Na primeira parte, apresenta uma visão que abrange todo o espaço da capitania, o processo de colonização das terras e a formação dos centros de poder local e a progressiva conversão dos sertões em “distritos”, “freguesias”, “concelhos”, “comarcas”. Na segunda parte, discute o conjunto de relações que sustentaram e conformaram a

rede urbana mineira, particularmente com respeito à demarcação dos poderes locais. A terceira parte é dedicada aos elementos materiais dos núcleos urbanos, em especial a estrutura fundiária e o “urbanismo” praticado no interior das vilas mineiras.

O escopo do presente artigo, por sua vez, é obviamente bem mais limitado e modesto: tem por objetivo principal mostrar como se deu o processo de fixação dos nomes dos logradouros do antigo arraial do Tijuco entre 1735 e 1775 – isto é, entre os primeiros registros de nomes das vias públicas onde se localizavam as lojas ou vendas do arraial do Tijuco, e a lista de logradouros que acompanha a “pequena planta do arraial do Tijuco” elaborada em 1775. Adicionalmente, analisa as eventuais consequências da mudança de endereço da residência do intendente dos Diamantes na década de 1750 sobre os espaços de comércio. Busca, assim, contribuir para um melhor conhecimento tanto da mudança dos nomes dos logradouros quanto da localização das lojas e vendas no antigo arraial num período ainda pouco visitado pela historiografia. Como buscaremos mostrar, ao lado de vias que mantiveram seus nomes invariáveis até os nossos dias, outras levaram décadas, por vezes um século, para receber o nome que por fim se fixou. As variações foram ditadas inteiramente pelo costume até que nos anos finais do século XIX tivesse início o processo de oficialização dos nomes: na sessão da Câmara Municipal de Diamantina de 22 de julho de 1878,¹¹ por exemplo, o vereador Augusto Brant indicou a substituição dos nomes tradicionais das seguintes vias públicas: rua Direita para rua de Tiradentes; rua da Quitanda para rua Alcântara Machado; rua do Comércio para rua Campos Carvalho; rua Jogo da Bola para rua São João; rua Detrás das Mercês para rua Silvério Lessa; rua São Francisco para rua 5 de Janeiro; e o “largo onde está a casa do tenente coronel Felisberto Ferreira Brant” para Silveira Lobo.

11. A1-9, fol. 327.

12. APM, SC-33, fol. 18; Carrara (2008).

13. SC-1061, fol. 18.

OS LOGRADOUROS DE 1735 A 1752

Os endereços das casas de negócio constam dos livros de cobrança do imposto a que estavam sujeitas, como consequência da portaria de 8 de novembro de 1734, a qual determinou que as lojas de fazenda seca e as vendas localizadas dentro do arraial do Tijuco fossem tributadas, respectivamente, em cinquenta oitavas de ouro anuais, isto é, 60.000 réis, e em 30 oitavas, ou 36.000 réis.¹² A série documental inicia-se em janeiro de 1735,¹³ e encerra-se em 18 de novembro de 1764, o que não corresponde obviamente ao fim da cobrança do tributo. O § 32 do alvará de 2 de agosto de 1771, conhecido por Regimento Diamantino,

14. Coleção da Legislação Portuguesa, p. 559-560.

15. Santos (1868, p. 216). No entanto, desde 1760 já podia ser observada um decréscimo do número de casas de negócios (CARRARA, 2008, p. 14-16).

16. APM, CC 1089, fol. 1.

17. BAT/Inventário de Ana da Encarnação de Amorim, 1817 [CPO, maço 4].

18. ABN, 60, p. 112 – bando de 16 de abril de 1733 para a capitação ser de 25.600 réis até o fim do ano e o mais que dele se vê.

considerando o “número excessivo as lojas de fazendas secas, armazéns de molhados e vendas ou tavernas, tendo na maior parte delas por principal objeto muitos dos seus interessados comprarem diamantes extraviados”, ordenou a redução do seu número.¹⁴ Como consequência, Felício dos Santos reporta a diminuição do número de lojas e vendas cujo funcionamento foi permitido entre 1772 e 1789.¹⁵

Os logradouros são informados apenas para o período de janeiro de 1735 a julho de 1752, segundo o exemplo abaixo:¹⁶

Carrego em receita ao tesoureiro Tomás de Aquino César de Azevedo a quantia de cinco mil réis

Que recebeu de uma loja de fazenda que tem Domingos dos Santos na rua do Fogo. Tijucó, em 18 de setembro de 1751 = Azevedo = [Sebastião de Sampaio e] Sande [escrivão da Intendência dos Diamantes]

5\$000

A cobrança e o pagamento eram feitos antecipadamente; nesse sentido, os registros equivalem a uma licença para funcionamento no período compreendido entre o dia 18 de um dado mês e o dia 17 do mês seguinte.

O primeiro procedimento adotado é o estabelecimento da correspondência entre os nomes dos logradouros mencionados nos livros de cobrança do imposto sobre lojas e vendas entre 1735 e 1752, bem como na lista de 1775 e os atuais. Com base no resultado obtido, serão analisadas as mudanças do espaço urbano ao longo do século XVIII.

Os maiores desafios oferecidos pelo registro das contribuições das lojas e vendas são a variedade de nomes de logradouros e, principalmente, a variação de endereço das casas de negócio pertencentes a um mesmo indivíduo ao longo do período (Anexos 1 e 2), não sendo possível de imediato asseverar que isso corresponda a uma mera variação toponímica ou de mobilidade espacial dos estabelecimentos. Em alguns casos a mudança ocorre de um mês para outro sem que se possa inferir que se trate do mesmo logradouro referido por outro nome, ou se, de fato, a variação se deve à mudança de endereço do estabelecimento comercial. Por vezes o nome do logradouro é mantido, mas passa a figurar simultaneamente sob tipos diferentes, como, por exemplo, rua e travessa dos Mercadores. A lista de logradouros, aliás, pode ampliar-se quando se recorre a outros documentos, como é o caso de uma rua do Galinheiro, onde Ana de Amorim possuía uma morada de casas térreas em 1817.¹⁷ E nos primeiros anos do arraial é mencionada uma “rua do córrego para baixo, indo para o Limoeiro”.¹⁸

As únicas vias cujos nomes mantiveram-se inalterados por todo o período foram as ruas Direita e do Rosário. Isso, contudo, não elimina a ocorrência de ruas Direita da Igreja, Direita do Rosário e, em janeiro de 1752, da “rua Direita a que chamam dos Mercadores” (Anexo 2).

Os endereços registrados nos livros da contribuição de lojas e vendas do arraial do Tijuco para os quais foi possível propor correspondência com os nomes atuais são os seguintes, por ordem de ocorrência:

1. Rua Direita: rua atual homônima; endereço frequente de janeiro de 1735 a julho de 1752; em janeiro de 1735, aparece também como rua Direita Defrente da Igreja; em junho de 1735, o endereço é apenas “Frente da Igreja”, e, em junho de 1752, rua Direita da Igreja. Em 1810 a rua Direita foi também nomeada como rua de Santo Antônio, onde o capitão Francisco Gomes Ferreira da Cruz possuía “uma morada de casas térreas cobertas de telha” que se confrontavam com a residência de Veríssimo de Almeida Barbosa e com as casas do padre Carlos da Silva de Oliveira Rolim.¹⁹

2. Rua do Rosário: rua atual homônima; endereço de casas de negócio de janeiro de 1735 a outubro de 1736; em abril, maio e julho de 1735 é referida também como travessa do Rosário, e como rua Direita do Rosário até setembro de 1735; a partir de então, mantém-se como rua do Rosário.

3. Rua Detrás/Atrás da Igreja de Santo Antônio: endereço frequente de janeiro de 1735 a julho de 1752; entre janeiro e de 1735 e fevereiro de 1736, aparece também como rua Ao Pé da Igreja de Santo Antônio; em julho e agosto de 1735, apenas com rua Detrás da Igreja, nome que se manteve até o final do século XIX. Corresponde atualmente ao trecho da praça Conselheiro Mata entre as esquinas da rua da Quitanda e a via de acesso à praça Barão de Guaicuí. Esse era o endereço da casa de José Ferreira de Andrade Brant na relação de propriedades com acesso ao abastecimento de água em Diamantina elaborada em 1880.²⁰ A propriedade fora adquirida pelos herdeiros de Francisco Joaquim de Meneses, barão de Araçuaí. A fotografia que em 1868 Augusto Riedel tomou desta casa mostra que se tratava de uma via bem mais estreita do que a que hoje separa as casas à catedral (Figura 1).

19. BAT/Inventário de Francisco Gomes Ferreira Cruz, capitão, 1810 [1º Ofício, maço 19].

20. AHCM, A6-11-1.

21. AHU, 1775a, 1775b; AHEx, 1784.

22. Condição 11ª do segundo contrato; ABN, v. 80, 1960, p. 148.

23. AHU, MG, cx. 119, doc. 3 [p. 5].

24. AHU, MG, doc. 116, doc. 80 [p. 6].



Figura 1 – Casa do major Brant, onde se hospedaram em 1868 o duque de Saxe e o conde d’Eu. Fonte: BN [FOTOS-ARM.3.1.1(28)].

4. Rua do Fogo, praça/rua dos Traficantes: estes três logradouros devem ser analisados em conjunto. Rua do Fogo foi endereço frequente de janeiro de 1735 a julho de 1752, e não corresponde à atual rua homônima, ausente tanto na “lista de moradores” do Tijuco em 1775, quanto nas plantas do arraial de 1775 e 1784.²¹ A rua dos Traficantes aparece com frequência irregular de janeiro de 1735 a abril de 1746; mais frequente é praça dos Traficantes, entre março de 1735 a setembro de 1745; entre setembro de 1745 e novembro de 1746 é registrada apenas como praça. Nas suas últimas ocorrências foi o endereço de apenas uma loja e uma venda. Traficantes e traficância eram os termos que então se relacionavam à atividade comercial, mas com certa conotação de ilicitude. Um documento menciona as “pessoas [que] vulgarmente se chamam traficantes” correspondiam a “toda pessoa que nas terras demarcadas não tiver ofício nem cargo”.²² Outro refere as “traficâncias de pequenas mercadorias com que as vendas atraem nos domingos e dias santos aos pretos empregados nos serviços diamantinos”.²³ E um terceiro é mais incisivo: “pessoas suspeitas ou indiciadas na traficância dos diamantes”.²⁴ Para o estabelecimento da correspondência, deve-se considerar que a alternância na década de 1750 entre rua do Fogo e rua do Senhor do Bonfim (ou do Senhor Jesus do Bonfim) como endereço das lojas de Teodósio Pereira Lima e Domingos da Silva Ferreira constitui um forte indício de se tratar da mesma via, isto é, a atual rua do Bonfim. O fato de que duas vendas em

1735 se localizavam no “canto de cima da rua do Fogo” sugere tratar-se da parte mais elevada da rua, próxima à igreja do Bonfim. Contudo, os endereços alternados das casas de negócio de alguns indivíduos oferecem dificuldades adicionais: a venda de um comerciante que em março e abril e de junho a agosto de 1735 foi registrada na rua do Fogo aparece em maio de 1735 na praça dos Traficantes; a de outro, que de março a junho de 1735 estava na praça dos Traficantes, aparece na rua da Intendência para a igreja (que sinaliza tratar-se de uma efetiva mudança de endereço). Se as correspondências propostas estiverem corretas, pode-se conjecturar que rua do Fogo, rua dos Traficantes e praça dos Traficantes corresponderem a trechos distintos da atual rua do Bonfim: a rua do Fogo, ao trecho entre a rua do Palácio e a igreja do Bonfim; e a rua ou praça dos Traficantes ao trecho entre a igreja do Bonfim até o cruzamento das atuais ruas do Amparo e de Campos Carvalho com a rua do Bonfim (Figuras 2a e 2b).

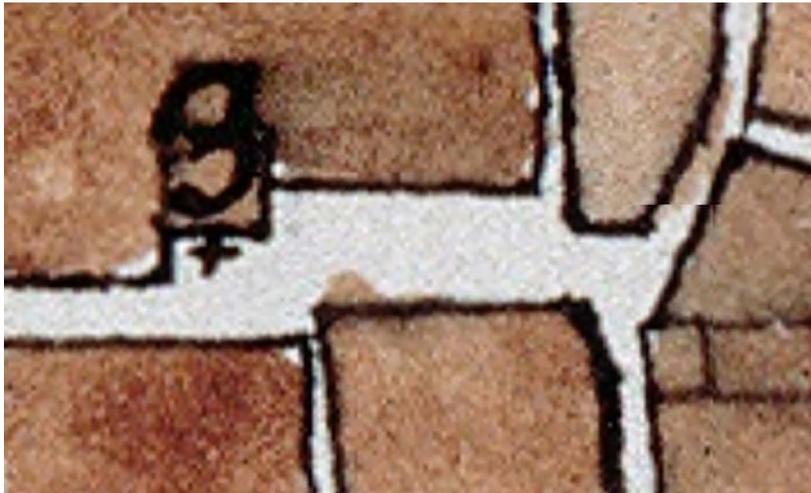


Figura 2a – Detalhe do mapa de 1775 mostrando o largo vizinho à igreja do Bonfim. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal). Coleção Cartográfica e Iconográfica. Minas Gerais. Pequena planta do arraial do Tijuco; 1775a. Escala [ca. 1:4.000]. – 1 planta ms.: color., desenho a nanquim; 14,4 x 19,3 cm em folha 16,8 x 43,7 cm [1162].



Figura 2b – Imagem de satélite da área em detalhe do mapa de 1775. Fonte: Google, 2022.

25. Saint-Hilaire (1833, p. 46).

26. Santos, *op. cit.*, p. 56.

27. Ávila, 1994, p. 336.

28. Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 46.

29. CC-2010, fols. 4, 5v, 6v, 8, 11, 25a.

30. CC-2010, fols. 12v, 25av, 30v.

31. CC-2010, fol. 31.

32. SC-33, fol. 55v, 63v.

33. SC-33, fol. 52.

5. “Rua que vai da” ou “desta Intendência para a igreja de Santo Antônio”, rua dos Mercadores, rua das Travessas: logradouros cuja identificação deve ser feita em conjunto, por tomarem como ponto de referência o prédio onde funcionava o órgão responsável pela administração da Demarcação Diamantina. A solução para a sua identificação depende, portanto, da localização do prédio da Intendência na década de 1730. O problema é que o prédio que hoje é considerado a antiga Casa da Intendência situa-se ao lado da igreja de Santo Antônio, não fazendo o menor sentido que a ligação entre ambas as edificações se desse por uma rua. Logo, a existência de uma rua que ia “da Intendência para a igreja” obriga a localizar a edificação onde funcionava o órgão máximo responsável pela administração da Demarcação dos Diamantes em outro local na década de 1730. Quando visitou o Tijuco em 1817, Saint-Hilaire relacionou como edificações separadas a Contadoria (“*l’hôtel de l’administration*”) e a Intendência (“*intendance*”). O edifício da Contadoria, cuja fachada regular media de cinquenta a 55 passos de comprimento, era o local onde trabalhavam os empregados e onde se reunia a Junta da Administração dos Diamantes, bem como o local de guarda do cofre. Ele também era o alojamento do primeiro tesoureiro.²⁵ Dada a sua natureza, era aqui que devia estar depositado o arquivo que Felício dos Santos denominou “cartório da Intendência”.²⁶ Esta descrição sugere a correspondência com a antiga Casa do Contrato, cuja fachada mede quarenta metros, isto é, 54 passos de comprimento, e que até 1853 funcionou como residência do inspetor geral dos Terrenos Diamantinos.²⁷ Quanto à Intendência, o viajante observou que outrora os intendentes moravam no interior do arraial, mas no momento em que visitou o Tijuco, o intendente residia no que mais tarde veio a ser conhecido como Casa da Glória, que ele descreveu com detalhe.²⁸ Para solucionar a questão, deve-se recorrer à contabilidade da Intendência dos Diamantes. Entre 1734 e 1735, a documentação registra a existência das “casas em que está aposentado” o intendente, “Casas da Intendência deste Juízo”, “casas da Intendência aonde assiste [...] o intendente dos Diamantes”²⁹ e, a partir de 1736, Casas da Intendência dos Diamantes.³⁰ Em 1741 aparece ainda a expressão “Casas da Intendência do Ouro e Diamantes”.³¹ Eram exatamente nessas casas que ficava o cofre onde se depositavam os recursos arrecadados pela Intendência entre 1735 e 1739, e, a partir de 1740, os diamantes correspondentes aos contratos firmados com João Fernandes de Oliveira e Felisberto Caldeira Brant.³² Por isso, era necessário garantir máxima segurança às instalações onde estava o cofre, o que aponta não simples proximidade, mas contiguidade entre a Intendência e as casas dos quartéis de Sua Majestade, onde também se hospedava o governador em suas viagens ao Tijuco, como a que fez em junho de 1739, para tratar da demarcação do território diamantino.³³ A contiguidade entre a Intendência e os

quartéis é expressa também pelas portarias do governador Gomes Freire de Andrada “para se fazerem todos os consertos [...] nos quartéis e Casas da Intendência”.³⁴ Isso também explica por que, na década de 1740, as despesas com ferragem, tábuas e feitiço do cofre feito para a Intendência, ou com borrachas para se remeter ouro da Fazenda Real e balanças,³⁵ eram lançadas juntamente com todos os demais gastos feitos com o destacamento, como soldos ou despesas com os cavalos e obras, como a cavalaria e a cadeia, hospital dos soldados, casas dos quartéis. Em 15 de abril de 1746, por exemplo, o mestre carapina Luís Carlos de Souza Pita assumiu as “obras que por arrematação fez nas Casas da Intendência e Quartéis dos soldados deste destacamento”.³⁶ Os editais das décadas de 1730 e 1740 localizam “as Casas da Intendência dos Diamantes na praça pública deste arraial”.³⁷ Já o auto da arrematação dos consertos dos quartéis de 17 de março de 1748³⁸ situa a “a parede do Palácio”, onde se hospedava o governador, e a cavalaria em “frente ao Rosário”. Logo, a “praça pública” nas décadas de 1730 e 1740 correspondia a um largo próximo à atual igreja do Rosário, por ser o espaço aberto mais próximo ao conjunto de edifícios da Administração Diamantina: as Casas da Intendência, os quartéis e o palácio onde o governador se hospedava quando viajava ao Tijuco. Em algum momento, um pouco antes ou depois de 1750, o intendente transferiu sua residência para a edificação ao lado da igreja de Santo Antônio. Em cumprimento da ordem de se instalar a Casa de Fundação da comarca do Serro no arraial do Tijuco deu-se início às obras de sua construção, num local claramente identificado pelo termo de arrematação de “feitura da Real Casa da Fundação”: “aonde existia a outra, da Intendência”.³⁹ Logo, a Casa da Intendência, entendida como residência dos intendentes, nesse momento já se achava transferida para o endereço que hoje a identifica. A necessidade de que a Casa de Fundação contasse com a devida segurança tornava obrigatória sua localização ao lado do quartel. Ainda que a Casa de Fundação tenha sido afinal instalada no Serro, a mudança de endereço da Casa da Intendência foi mantida, e em junho de 1752 esta era a residência do intendente dos Diamantes Sancho Lanções.⁴⁰ Isso explicaria por que nos livros de receita e despesa da Real Extração dos Diamantes acham-se os registros das despesas feitas em 1772 e 1773 com as obras de “reedificação” da Casa da Administração e da Casa da Intendência. Trata-se de despesas com materiais de construção, transporte, mantimentos, bem como jornais de escravos e ordenados dos trabalhadores livres. As obras da Casa da Administração iniciaram-se em 1772, e as da Intendência em 1773.⁴¹ As obras da Casa da Administração compreendiam consertos do “quarto velho” e construção da cozinha e cavalariças, que parecem ter se concluído em 1773, e demonstram a manutenção da contiguidade com os quartéis. O balanço dos imóveis da Real Extração dos Diamantes realizado no final de 1773 não deixa

34. SC-33, fol. 96v-97.

35. CC-1061, fols. 7v-8, fol. 14, 14v, 23v, 38v.

36. SC-1061, fol. 152v. Sobre outras obras realizadas nas décadas de 1740 e 1750, cf. CC 1088, fols. 1-1v, 23-31; CC-1098, fols. 15v, 16v, 17v, 26v, 37v, 38v, 51v, 61, 65, 78v, 93v.

37. CC-2010, fol. 17v, 30 de maio de 1737, 20v, 21 de junho de 1739, 30v, 22 de abril de 1741, 103v, 16 de outubro de 1743.

38. CC-1088, fols. 31-42.

39. CC-1088, fols. 172-179.

40. AHU, MG, cx. 60, doc. 29, fols. 43, 64, 68. Segundo o testemunho do sacristão da igreja de Santo Antônio, “quando o [...] contratador vinha à Casa da Intendência, sempre vinham muitos pajens seus com catanas e espadas, e ficavam como de escolta por detrás da igreja”; outra testemunha afirmou ter visto “vir os contratadores para esta Intendência e trás deles muitos pajens negros todos armados de suas espadas e catanas, os quais ficaram pelo pé da igreja de Santo Antônio. (AHU, MG, cx. 60, doc. 29, [p. 64, 68]).

41. APM CC 2116, fols. 5, 7, 12, 30v, 33v, 50v, 54; APM CC 2121, fols. 52, 83.

42. CC 2116, fol. 49v.

43. AHU/MG, 1776.

44. AHU/MG, cx. 40, doc. 5, fol. 14v.

45. SG – cx. 120, doc. 46.

46. V. 2, p. 303.

47. Brasil (1874, p. 174-175).

48. CC-2261, fol. 161v.

dúvidas quanto à localização das Casas da Administração, na atual rua do Contrato: “umas casas sitas nas Bicas com sua horta, que servem de vivenda e paiol da pólvora”; “as casas do Hospital, do Armazém com seus pertences, sitas neste arraial ao pé da Casa da Administração”; e as “Casas da Administração com sua horta”.⁴² A partir de 30 de junho de 1774 a escrituração passa a referir-se à Contadoria em lugar da Casa da Administração. Alternativamente, ocorre também o nome Contadoria da Administração.⁴³ Na primeira metade da década de 1790 eram as “Casas da Real Intendência dos Diamantes” a residência do intendente Luís Beltrão de Gouveia de Almeida.⁴⁴ Observe-se que, por não estarem concluídas as obras de reedificação, as Casas da Intendência não entraram no balanço, e seriam ainda objeto de reparo em 1821.⁴⁵ Por fim, na relação completa de “próprios nacionais na Demarcação Diamantina” apresentada por Cunha Matos⁴⁶ na década de 1830, a identificação dos endereços é feita com toda a precisão: casas de residência dos intendentes no largo de Santo Antônio; casas que serviram de residência dos intendentes na rua da Glória; casas da Intendência para residência dos caixas na rua do Carmo; casas que serviram de botica da Extração na rua do Contrato; casas que serviram de hospital da escravatura na mesma rua; casas sitas no Paiol, distante um quarto de légua do arraial, onde existe o depósito de pólvora; casas que servem de cadeia. A lei de 25 de outubro de 1832⁴⁷ determinou que “a casa que serviu de residência dos intendentes no largo de Santo Antônio” fosse destinada à Câmara Municipal, “com obrigação de dar uma parte dela para arquivo e guarda dos cofres da nova Administração”. Já “os outros edificios nacionais que o presidente [da Província] em Conselho não julgar necessários para estabelecimentos públicos serão, precedendo editais, vendidos em hasta pública pelos maiores preços que se oferecerem”. De março de 1833 a junho de 1834, a Casa da Intendência esteve alugada a um negociante.⁴⁸ Portanto, a Contadoria – ou Casas da Administração – localizava-se no local onde hoje se ergue a Casa do Contrato, que na década de 1730 concentrava sob o nome de Intendência tanto os diferentes setores da Administração Diamantina como a residência do intendente. Por consequência, a rua que ia “da Intendência para a rua de Santo Antônio” seria a mesma rua de frente da Intendência, isto é, as atuais ruas do Carmo e da Quitanda, que de fato constituem o caminho mais curto entre ambas as edificações. Pois bem. A “rua que vai da” ou “desta Intendência para a igreja de Santo Antônio” foi o endereço mais frequente de lojas e vendas de janeiro de 1735 a janeiro de 1737, reaparecendo com menos frequência entre dezembro de 1737 e agosto de 1738, a partir de quando deixa de ser mencionada definitivamente. Pela lista da capitação da comarca do Serro do segundo semestre de 1736 o tipo de estabelecimento comercial é descrito com mais detalhes (Tabela 1).

Tabela 1 – Relação de lojas e vendas do arraial do Tijuco no segundo semestre de 1736

Nome do comerciante	TE	Tam.	Endereço
João Rodrigues dos Santos, alferes	L	G	Direita defronte da igreja de Santo Antônio
Antônio de Souza Nunes	L	M	Intendência para a igreja
Antônio Rodrigues de Jesus	L	M	Travessa do Rosário
Cristóvão Mendes Leitão	L	M	Praça dos Traficantes
Diogo Dias Correia [e Companhia]	L	M	Intendência para a igreja
Francisco Rodrigues Lima	L	M	Travessa do Rosário
João de Morais	L	M	Travessa dos Mercadores
José Gonçalves Peixoto	L	M	Detrás da igreja
Marcos Adão	L	M	Direita defronte da Igreja de Santo Antônio
Torquato de Almeida	L	M	Direita defronte da Igreja de Santo Antônio
Joaquim Rodrigues Ferreira (1)	L	M	Praça dos Traficantes
Francisco Xavier de Andrada	L	P	Intendência para a Igreja
João Rodrigues de Passos	V		Intendência para a Igreja
Manuel de Souza	V		Travessa dos Mercadores
Manuel de Brito Cação (2)	V		Ao pé da igreja
João Francisco de Morais (3)	V		Detrás
José Antônio do Vale (3)	V		Praça dos Traficantes
Teotônio de Brito Barbosa (3)	V		Intendência para a Igreja
Lúis Gonçalves Ribeiro (4)	V		Macau

Fonte: SC-53. Abreviaturas: L: loja; V: venda; G: grande; M: mediana; P: pequena. Observações: (1) loja mediana em que trabalha como alfaiate; (4) venda e ofício de caldeireiro.

Ocorre que todos os onze estabelecimentos localizados nesse logradouro em janeiro de 1737 foram registrados nos meses seguintes na rua dos Mercadores, o que pode ser considerado prova de que este último tenha passado a ser o nome pelo qual era reconhecida a “rua que vai da Intendência para a igreja”. Além disso, em dezembro de 1737 volta a ser o endereço de duas lojas e uma venda anteriormente situadas na rua dos Mercadores, que permanece simultaneamente com o maior número de ocorrências. Apenas a loja de Sebastião da Costa Duarte tinha como endereço a “rua que vai da Intendência para a igreja” até agosto de 1738, mas no mês seguinte passou a situar-se na rua dos Mercadores. Por fim, o endereço dos estabelecimentos que entre agosto de 1749 e março de 1750 era a rua dos Mercadores passou a ser rua das Travessas. Rua da Travessa é o nome que ocorre de março a dezembro de 1746 e de janeiro a julho de 1749; e rua das Travessas, de agosto de 1749 a março de 1750, uma clara duplicidade toponímica. Pouco depois, oito vendas que até dezembro de 1751 estavam localizadas na rua das Travessas, no mês seguinte, foram todas registradas na rua do Francês (rua dos Franceses em setembro de 1751), o que pode se considerar prova de tratar-se da mesma via sob nomes diferentes entre 1735 e 1752. E dessas oito, cinco tinham como endereço até agosto de 1749 a rua dos Mercadores, e três com endereços alternados entre rua dos Mercadores, rua da Travessa, rua das Vendas e travessa dos Mercadores, o que caracterizaria duplicidade de nomes para os mesmos logradouros. A Tabela 2 permite observar com mais clareza esta oscilação toponímica.

Tabela 2 – Variação dos nomes dos logradouros das vendas no arraial do Tijuco, de agosto de 1735 maio de 1752

Agosto de 1735 a janeiro de 1738	Rua que vai desta Intendência para a Igreja de Santo Antônio
Fevereiro de 1737 a março de 1750	rua dos Mercadores
Abril de 1750 a dezembro de 1751	rua das Travessas
Janeiro a maio de 1752	rua do Francês

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observação: pode-se conjecturar que tenha chamado a atenção do responsável pelo registro o fato de que na rua das Travessas passasse a residir o francês Antônio Labedrene, que a partir de outubro de 1750 ficou responsável pela assistência com remédios aos soldados Dragões do destacamento do Tijuco.⁴⁹ Entre 1734 e 1743 foi contratado como cirurgião-mor da Câmara de Vila Rica para cuidar dos presos doentes (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Autuação referente ao pagamento por serviços prestado à Câmara de Vila Rica pelo cirurgião do partido Antônio Labedrene; Vila Rica, 23 de janeiro de 1743 [cx. 14, doc. 35]. Segundo Russell-Wood (1974, nota 105) Antônio Labedrene foi um dos poucos estrangeiros admitidos nas áreas de mineração. Nos documentos, ele assina Labedrenne.

Se o nome Travessas fosse devido ao número de vias perpendiculares à rua, então o único logradouro que preenche esse requisito é a rua da Quitanda, em razão das diversas vias que a conectavam à rua Direita (atuais travessa do Carmo, beco do Mota, beco da Pena e rua de Campos Carvalho). Como corroboração dessa equivalência, deve-se assinalar sobre a ocorrência de rua da Quitanda em janeiro de 1749 que em seguida alternaram-se como endereços da venda de José Vieira Lanhoso a rua dos Mercadores e a das Travessas. Essa venda poderia estar localizada no fim da rua dos Mercadores ou no início da rua das Travessas, que finalmente se fixou como rua da Quitanda. Já com relação à rua dos Mercadores, um vigoroso elemento de comprovação da sua correspondência com a atual rua do Carmo é dado pelo testamento do padre Bartolomeu da Costa, que em 15 de junho de 1781 registrou a propriedade de “uma morada de casas sitas neste arraial [do Tijuco] na rua dos Mercadores”.⁵⁰ E de fato da lista de moradores neste logradouro em 1775 consta, além do próprio Bartolomeu da Costa, padre e capelão da Santíssima do Terço, Luís de Almeida Vila Nova, comissário dos Terceiros do Carmo. Em síntese, a “rua que vai da Intendência para a igreja de Santo Antônio” compreendia dois trechos: o da rua dos Mercadores, correspondente à atual rua do Carmo; e o da rua das Travessas, atual rua da Quitanda. Menos segura é a correspondência para os logradouros denominados rua do Capim (maio de 1749 a julho de 1752), praça do Capim (junho e julho de 1752), rua que vai para a praça do Capim (julho de 1752), travessa da rua do Capim (julho de 1752) e ao pé da rua do Capim (junho de 1752), endereços dos estabelecimentos que anteriormente se localizavam na rua do Francês ou na rua dos Mercadores.

6. Rua “da Intendência” ou “de frente da Intendência”: endereços alternados de duas lojas entre janeiro e dezembro de 1735, o que autoriza a pensar que se tratasse do mesmo logradouro (Tabela 3).

49. CC 1088, fol. 146 e segs.

50. Arquivos Nacionais. Torre do Tombo. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil. Autos de habilitação de João Freire da Costa, suas irmãs Maria Caetana e D. Teresa Inácia Maurícia Freire, casada com o capitão José Barbosa Leite, filhos de João Freire da Costa e de Domingas Maria, seus sobrinhos o padre Nicolau Freire, Maria Caetana Freire, Francisca Rosa e António Freire da Costa, filhos de Nicolau Freire da Costa e de Joana Maria Baptista, naturais da Merceana, Alenquer, 1787 [maço 236, nº 3].

Tabela 3 – Endereços das lojas de Antônio de Souza Nunes e Domingos Marques do Vale no arraial do Tijuco, 1735.

		1735											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
L	Antônio de Souza Nunes	I	x	x	x	x	x	x	x				
L	Antônio de Souza Nunes	FI								x	x	x	x
L	Domingos Marques do Vale	I	x	x	x	x	x	x	x				
L	Domingos Marques do Vale	FI								x	x	x	x

Fonte: AN OM.COD.0.139; OM.COD.0.806. Abreviaturas: I: rua da Intendência; FI: rua de frente da Intendência. Observações: 1. em janeiro e fevereiro, de junho a agosto e em outubro, o nome registrado é Antônio de Souza; 2. em novembro, o nome que consta é Domingos Marques.

Com base no exposto anteriormente, trata-se inequivocamente da atual rua do Contrato. A oscilação dos endereços das casas de negócio na rua da Intendência, ora na rua de frente, talvez possa explicar-se por se tratar de estabelecimentos na esquina das atuais ruas do Contrato com a rua do Carmo. A associação do nome Contrato ao prédio da Contadoria parece ter-se fixado popularmente. A primeira ocorrência de rua do Contrato nos registros das lojas e vendas data de outubro de 1749. Num processo-crime do final do século XVIII os termos empregados pelos réus para a Real Extração dos Diamantes são “contrato do Serro Frio” e “desembargador intendente do Contrato Diamantino”.⁵¹ Exatamente na rua do Contrato residiam em 1775 dois caixas da Real Extração, o sargento-mor Manuel Batista Landim e o tenente-coronel Luís Lopes da Costa.

7. Rua de Bernardo da Silveira, travessa do Silveira, travessa da igreja, travessa dos Mercadores, travessa da Direita: rua/travessa do Silveira foi logradouro registrado com frequência regular entre janeiro de 1735 e janeiro de 1740. Ambas as denominações se referem ao mesmo logradouro, como assinala a própria fonte: no mês de janeiro de 1735 uma das vendas de José da Costa Meira foi localizada na rua de Bernardo da Silva, e a outra, registrada logo a seguir, “na mesma travessa do Silveira”. A primeira denominação foi comum apenas entre janeiro e maio de 1735. A associação com a rua da Intendência para a igreja é sugerida pelos endereços alternados da loja de Diogo Dias Correia entre janeiro e agosto de 1735. É igualmente sugestivo o fato de que a venda de

Manuel Gomes Ferreira seja registrada, de fevereiro a abril de 1735, na travessa do Silveira, e, de maio a agosto do mesmo ano, na rua da Intendência para a igreja (Anexo 1). A oscilação dos endereços da venda que Francisco da Cunha comprou em fevereiro de 1747 na travessa da Igreja, endereço que se manteve até junho; a partir do mês seguinte, porém, o endereço é travessa dos Mercadores. Esta mesma oscilação se verifica com a única venda com endereço na travessa da Igreja, a de Francisco José Coelho, de junho de 1747 a julho de 1748, e em outubro de 1748; em setembro de 1748, porém, o endereço é travessa dos Mercadores. Portanto, rua/travessa do Silveira, travessa da Igreja e travessa dos Mercadores eram a mesma via. Se essa correspondência estiver correta, a igreja do Carmo já se achava em construção nos meados da década de 1740. A hipótese proposta é que a rua/travessa do Silveira correspondesse à atual travessa do Carmo, explicando-se a alternância de endereço com a rua da Intendência para a igreja por tratar-se de estabelecimento no cruzamento de ambos os logradouros. Esta hipótese ganha ainda mais força com o caso da venda de Manuel Dias da Costa, cujo endereço em abril de 1747 é a travessa da [rua] Direita, e que nos meses anteriores e posteriores localizava-se na travessa dos Mercadores. Ou seja, sob diferentes denominações a atual travessa do Carmo, que conecta a rua Direita à atual rua do Carmo, antiga rua dos Mercadores, já era um espaço de comércio no antigo arraial do Tijucu.

8. Travessa da Cadeia Velha, rua ao pé da Cadeia Velha: nomes diferentes para o mesmo logradouro onde se localizava a venda que José da Fonseca possuiu de janeiro a julho de 1735. Apesar de guardar uma distância de um século e meio, a ata da reunião da Câmara Municipal de Diamantina de 24 de abril de 1879 refere o “lâmpião que se acha colocado em frente à cadeia velha, na esquina da rua do Arraial de Baixo”.⁵² Esta mesma rua da Cadeia Velha é mencionada no edital que o ministro da Fazenda aprovou “para a venda do próprio nacional na cidade de Diamantina à rua do Contrato, da casa anexa que dá para a rua da Cadeia Velha e do respectivo terreno com quinze braças de frente e 26 de fundo”.⁵³ Como a rua do Arraial de Baixo é a atual rua Abílio Barreto, tais referências mostram de modo inequívoco a correspondência da rua da Cadeia Velha com a atual rua do Palácio.⁵⁴

9. Rua de cima que vai para o Arraial de Baixo: este logradouro foi o endereço da venda que Filipa Pinheiro possuiu por apenas dois meses, em janeiro e fevereiro de 1735. Sílvio de Vasconcelos⁵⁵ indica o caminho do Arraial de Cima ao de Baixo como um dos que se transformaram nas ruas das Mercês, do Contrato, do Palácio e do Arraial de Baixo.

52. A1-10, fol. 27v.

53. *O Pharol*, 12 mar. 1912, p. 1.

54. A alteração do nome da rua do Arraial de Baixo para rua Abílio Barreto deu-se por solicitação de seus moradores, por ter este poeta “nascido naquela rua em uma das primeiras casas no sopé da ladeira que dá acesso à praça Dom Joaquim” (*A Estrela Polar*, 26 maio 1946, p. 1).

55. Vasconcelos (1959, p. 129).

56. Tijuco (1775a).

57. BAT. Inventário de Luzia Teresa de Jesus, 1787, CPO, maço 51, fol. 34v.

58. V. 2, p. 95.

10. Macau, logradouro que ocorre em formas variadas: **rua ao pé do Macau** ou **ao pé da Fonte do Macau** (de fevereiro a maio de 1735), **adiante do Macau** (de fevereiro de 1735 a novembro de 1737), **junto à fonte do Macau** (agosto de 1748), ou simplesmente **Macau**, denominação que aparece com frequência muito irregular – de junho de 1735 a dezembro de 1736, de maio a julho de 1738, e de agosto de 1748 a fevereiro de 1749. Não parece tratar-se propriamente de uma rua, mas uma área que em 1775 concentrava o maior número de casas e moradores do Tijuco.⁵⁶ O nome Macau de Baixo já ocorria em 1787.⁵⁷ Já a rua Macau do Meio foi referida em 1867 por Richard Burton como sendo “*roughly paved*” e onde se encontravam boas lojas,⁵⁸ e terminava na fonte que marcava o início da rua Direita. Segundo o viajante, a rua Macau do Meio não deveria ser confundida com o largo do Macau, onde se localizava a enfermaria da Caridade.

Por sua vez, não foi possível encontrar correspondência para os seguintes logradouros:

a. Rua de Baixo, rua de Baixo junto ao córrego: esse foi o endereço de uma loja e três vendas que só funcionaram em janeiro e fevereiro de 1735. Apesar de não ser possível a identificação, trata-se de alguma via ao lado do córrego de São Francisco.

b. Rua do França: endereço frequente de janeiro a dezembro de 1735, sem correspondência possível – a venda de Julião da Costa Lisboa localizada na rua do França de janeiro a abril de 1735 pode ter-se mudado para a rua da Intendência para a Igreja no mês seguinte.

c. Rua dos Currais: sem correspondência identificada, este logradouro só ocorre em janeiro de 1735 no registro da venda de Manuel Gomes Ferreiro, e sem dúvida não se relaciona com os endereços da mesma venda nos meses seguintes (Anexo 1). Uma possibilidade é localizar-se nas imediações do largo do Curral, atual largo Dom João.

d. Rua das Vendas: este nome ocorre apenas em dezembro de 1748 e de março a julho de 1749. O endereço anterior dos comerciantes era a travessa dos Mercadores, nome que se alterna frequentemente com rua dos Mercadores até setembro de 1749. Por exemplo, o endereço da venda de Francisco da Cunha de Sampaio, em novembro de 1748, era a travessa dos Mercadores, e, no mês seguinte, a rua das Vendas. A travessa dos Mercadores foi anteriormente identificada como a atual travessa do Carmo.

Como se pode observar, até a década de 1740 os estabelecimentos comerciais do Tijuco concentravam-se, em primeiro lugar, nos espaços mais próximos do conjunto de edifícios que compunham a Intendência dos Diamantes – atuais rua do Contrato,

rua e travessa do Carmo, ruas do Rosário e do Bonfim. E, em segundo lugar, nas proximidades da igreja de Santo Antônio – ruas Direita, Detrás da igreja e ao pé do Macau. É mesmo interessante que o autor dos registros tome como primeira referência o prédio da Intendência, e não o da igreja de Santo Antônio (Figura 3a). Já nos primeiros anos da década de 1750, as lojas e vendas mostram-se claramente mais concentras na rua da Quitanda, assim como na rua Direita e rua Detrás da Igreja de Santo Antônio (Anexo 2, Figura 3b).

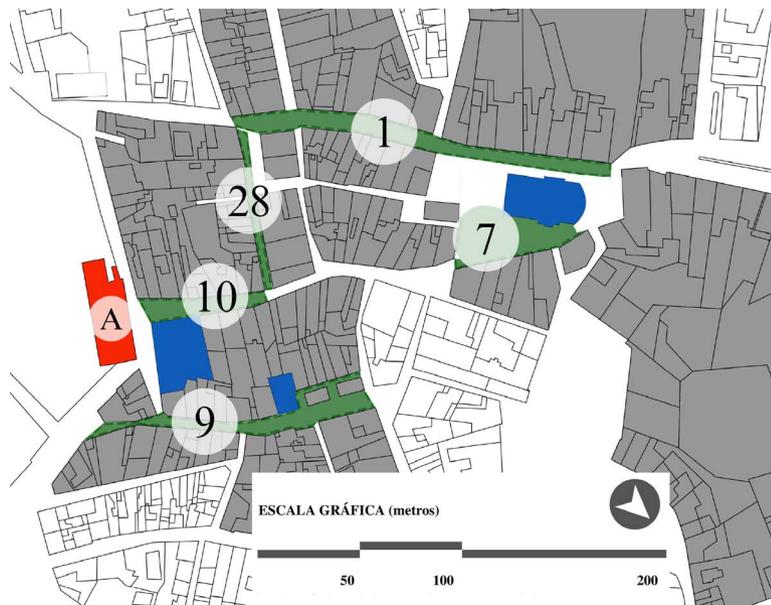


Figura 3a – Localização das lojas e vendas do arraial do Tijuco, 1735-1749.

Legenda: 1: rua Direita; 7: rua Detrás da Igreja; 28: travessa de Bernardo da Silveira (atual travessa do Carmo); 10: rua da Intendência para a igreja (atual rua do Carmo); 9: rua do Fogo (atual rua do Bonfim); A: Casa da Intendência antes de 1750.

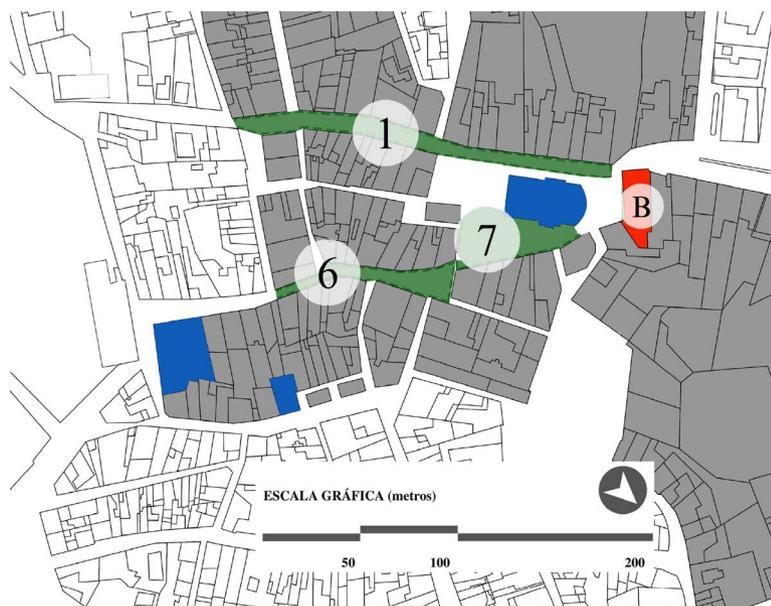


Figura 3b – Localização das lojas e vendas do arraial do Tijuco, 1750-1752.

Legenda: 1: rua Direita; 6: rua da Quitanda; 7: rua Detrás da Igreja; B: Casa da Intendência após 1750

Fontes: ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 29 de março de 1734 a 19 de janeiro de 1736 [OM.COD.0.139]; 18 de janeiro de 1736 a 18 de janeiro de 1740 [OM.COD.0.806]; 18 de maio de 1745 a 18 de agosto de 1751 [OM.COD.0.860]. Abreviaturas: A: Casa da Intendência até 1750; B: Casa da Intendência a partir de 1750.

59. AHU, MG, cx. 108, doc. 9.

60. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Câmara dos Deputados; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981, v. 3, p. 365.

61. Lista de professores de Minas Gerais em 1774. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 65 (1943), p. 284-288, p. 287; Carrato (1968, p. 158).

62. Ávila (1994, p. 354).

63. Machado Filho (1944, p. 169). A fotografia do “sobrado com sacada corrida”, localizado incorretamente na rua Atrás da Sé (na realidade, no beco da Tecla) apresentada por Ávila (1994, p. 360) corresponde a outra edificação, e não à casa com balcão corrido de que trata Mata Machado.

64. AHCM, A6-11-1, fol. 14.

OS LOGRADOUROS EM 1775

As vias públicas do arraial do Tijuco em 1775,⁵⁹ de acordo com a lista elaborada a pedido do intendente geral dos Diamantes, eram as seguintes:

1. **Rua Direita** (36 residências; 61 moradores): atual rua homônima.
2. **Rua da Ópera** (sete residências; nove moradores): antiga rua Lalau Pires, atual rua Vieira Porto.
3. **Rua de Luís Gomes** (onze residências; 22 moradores): sem identificação segura;
4. **Rua de Julião Antônio** (dezenove residências; 27 moradores): sem identificação segura;
5. **Rua do Padre Manuel da Costa** (25 residências; trinta moradores): sem identificação segura. O padre Manuel da Costa Viana, em 2 de setembro de 1789, contava 37 anos.⁶⁰ Foi professor de gramática latina de 1797 até 1801, quando faleceu.⁶¹
6. **Rua da Quitanda** (25 residências; 40 moradores): atual rua homônima.
7. **Rua da Intendência** (seis residências; quinze moradores): antiga rua Detrás da Igreja de Santo Antônio, atual praça Conselheiro Mata. Note-se o emprego da palavra “intendência” em Diamantina, com o significado de rancho de tropeiros⁶² e de local destinado à descarga e comércio de mercadorias, guardando correlação com o uso militar dessa palavra: serviço nas forças armadas encarregado da contabilidade e administração, especialmente da provisão de víveres, de indumentária e do soldo. É com esse sentido que o termo é referido na promessa de compra feita em 1804 por João Alves Ferreira Prado do imóvel alcunhado “casa do balcão corrido”, e que se confrontava “de uma parte com casas de José da Cruz Silva, e da outra, com a Casa da Intendência”.⁶³ Esse imóvel, que hoje leva os números 73 e 75 da praça Conselheiro Mata, é o mesmo que, em 1880, era a residência de Augusto Afonso Caldeira.⁶⁴ Observe-se na Figura 1 as caixas em frente à casa vizinha, do major Brant. Do mesmo modo, é referido como “rancho da Intendência” nas décimas de 1810 e 1811 sob o número 435 o “sobrado de uma frente e térrea de outra” correspondente ao prédio do atual Mercado Municipal, que em 1831 achava-se arrendado à irmandade de Santo Antônio e Almas. Foi este significado que se associou à rua da Intendência no “mapa de moradores” de 1775), endereço de seis residências, dentre as quais a de João Ferreira de São Miguel, pardo que residia em casa própria com a mãe, uma irmã e um caixeiro, onde também tinha sua loja com fazenda seca. Este

indivíduo pode ter sido filho de Francisco Ferreira de São Miguel, dono de uma venda na travessa dos mercadores em 1737 e de uma loja cujo endereço alternou-se entre a rua Detrás da Igreja (de 1738 a 1746 e de 1750 a 1752) e a travessa dos Mercadores (de 1747 a 1749). De acordo com seu processo para a familiatura do Santo Ofício, tinha 32 anos em 1742, era reinol e residia no Tijuco havia dez anos, onde tinha loja de fazenda seca e um patrimônio estimado entre 2.000.000 e 3.600.000 réis.⁶⁵ O processo, contudo, não foi concluído, possivelmente em razão da notícia de que em sua casa residiam “uns mulatinhos” que alguns diziam ser seus filhos. Tornou-se alferes e em 1766 foi promovido a capitão de uma das companhias de Ordenança de Pé do arraial do Tijuco.⁶⁶ Do mesmo modo, João Ferreira de São Miguel foi alferes e obteve o posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos do Arraial do Tijuco em 6 de junho de 1769.⁶⁷ Em 1782 mantinha negócio de fazendas secas,⁶⁸ e em 18 de janeiro de 1790 seu nome consta nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira como testemunha no processo contra o padre Rolim, sendo aí identificado como pardo de 46 anos de idade, capitão do Regimento Auxiliar do Tijuco, de onde era natural e atualmente morador, vivendo “de suas cobranças”.⁶⁹ Logo, este João Ferreira de São Miguel teria nascido em 1743 ou, no máximo, em 1744, e poderia ser um daqueles “mulatinhos” dos quais Francisco Ferreira de São Miguel negara ser pai em 1748.⁷⁰ Portanto, a rua da Intendência no “mapa dos moradores” do Tijuco de 1775 era a mesma rua Detrás da Igreja nos registros da contribuição das lojas e vendas, e o beco da Intendência, o atual beco Modesto de Almeida. Este beco é claramente descrito no inventário de Maria Cândida Carlota da Cunha:

uma morada de casas de sobrado sitas na rua que fica por detrás da igreja de Santo Antônio deste arraial do Tijuco, com loja de fazenda que dividem por um lado com casas de José da Cruz Silva, e por outro lado divide com o beco que desce do largo da Intendência para a Cavallhada, e faz frente para o cemitério da mesma igreja de Santo Antônio com seus fundos para a Cavallhada.⁷¹

8. Rua das Vendas (onze residências; 21 moradores): sem identificação segura; considerando-se, porém, o roteiro seguido na listagem dos logradouros, esta via poderia ser a atual rua de Campos Carvalho, que até 1878 denominava-se rua do Comércio.

9. Rua do Bonfim (27 residências; 49 moradores): atual rua homônima.

10. Rua do Padre Bartolomeu (22 residências; 37 moradores): atual rua do Carmo.

65. TSO, 1722; Lopes, 2018, p. 155-156.

66. AHU/MG, cx. 90, doc. 24.

67. AHU/MG, cx. 109, doc. 53.

68. AHU/Avulsos, doc. 2.230.

69. Autos, v. 3, p. 367.

70. TSO, doc. 1.722, fol. 7.

71. BAT.CPO, 1811, maço 57, fol. 23v-24.

72. AHTCP, Erário Régio, volume 4085, p. 7.

73. CC 2116, fols. 4 e 7.

74. A1-9, fol. 250v.

75. *Pão de Santo Antônio*, 1º de abril de 1932, p. 2.

11. Rua do Contrato (dezessete residências; 25 moradores): atual rua homônima.

12. Rua da Abugona (sic) (sete residências; dez moradores): o nome correto é *Abegoaria*, isto é, o lugar reservado para guardar os animais de criação e os utensílios agrícolas numa propriedade. Na documentação a partir de 1772, correspondia ao “curral com suas casas de telha no arraial do Tijuco,⁷² onde ficavam os animais de tração e outros utensílios empregados na Real Extração de Diamantes, como os carros de boi”.⁷³ A correspondência proposta é a atual rua do Jogo da Bola.

13. Rua do Rosário (29 residências; trinta moradores): atual rua homônima.

14. Rua da Cavahada Velha (quinze residências; trinta moradores): ainda como rua, e não como largo, é mencionada numa ata da Câmara Municipal de Diamantina em 16 de abril de 1877, cujo início era na “altura da gameleira [...] abaixo do teatro”;⁷⁴ corresponde à atual praça Dom Joaquim.

15. Rua do Amparo (30 residências; 44 moradores): atual rua homônima.

16. Rua da Cavahada Nova (6 residências; 13 moradores): atual praça Barão de Guaicuí.

17. Beco do Mandioca (dezessete residências; 21 moradores): sem identificação segura.

18. Beco de Custódio Barbosa (catorze residências; 23 moradores): sem identificação segura.

19. Beco da Cadeira (cinco residências; seis moradores): atual rua do Palácio.

20. Beco da Quitanda (cinco residências; sete moradores): a principal referência para o estabelecimento da correspondência é o sobrado que Francisco Martins Pena possuía e foi registrado sob o número 247 na décima predial de 1811. Em seu inventário, autuado em 1818, consta “uma morada de casas de sobrado [...] cobertas de telha na rua da Quitanda, que por um lado divide com a rua que vai para o largo do Bonfim, e por outro lado divide com casas dos herdeiros de Francisco José da Rocha”. De fato, o imóvel registrado na décima sob número 248 está em nome dos herdeiros de Francisco José da Rocha. Essa descrição só permite a correspondência da “rua que vai para o largo do Bonfim” com o atual beco da Pena (anteriormente do Pena, nome que lembra o antigo proprietário). Mais explícita é a descrição que em 1º de abril de 1934 foi publicada no *Pão de Santo Antônio*: “beco do Corte, antigo do Pena, travessa da praça Monsenhor Neves [largo do Bonfim] e rua Doutor Francisco Sá [rua da Quitanda]”.⁷⁵

21. **Beco do Padre José Guedes** (nove residências; treze moradores): nas décadas de 1810 e 1811 é registrado sob o número 353 um sobrado pertencente aos herdeiros do padre José Guedes. Em 1814 o logradouro era conhecido como rua do Padre José Guedes, onde Manuel da Cunha Silva possuía umas “casas térreas assoalhadas cobertas de telha”.⁷⁶ Se este imóvel confrontava com as “casas com frente para a rua do Amparo assoalhadas e cobertas de telhas” pertencentes ao mesmo indivíduo, pode-se inferir que o beco – depois rua – do Padre José Guedes se tratasse de uma via curta (com apenas nove residências), nas proximidades da rua do Amparo. De fato, o inventário do próprio padre José Guedes, a esse respeito, é conclusivo: o imóvel a ele pertencente localizava-se na rua de trás do Amparo.⁷⁷ Logo, a rua do Padre José Guedes correspondia à atual rua Espírito Santo.

22. **Burgalhau** (32 residências; 43 moradores): atual rua homônima.

23. **Beco de Tomás de Aquino** (sete residências; sete moradores): Tomás de Aquino César de Azevedo era tesoureiro da Intendência dos Diamantes em 1751. Segundo Mata Machado,⁷⁸ a igreja das Mercês foi construída “em o lugar e terreno acima do terreiro de Tomás de Aquino”. Por sua vez, uma ata da Câmara Municipal de Diamantina de 25 de junho de 1878 menciona um beco que comunica a rua das Mercês com a do Coqueiro.⁷⁹ O documento conclusivo a respeito é o inventário de Joana Maria do Ó,⁸⁰ que em 1788 refere a “rua que sai para a capela das Mercês, que partem com o patrimônio [de seu filho] padre Francisco de Paula de Meireles, pela parte de trás com o capitão Pedro Carvalho da Cunha, com quintal grande que faz frente com a capela das Mercês”. Trata-se, portanto, da rua Silvério Lessa. Esta equivalência é também corroborada pelo registro de penas d’água de 1929, no qual o endereço da propriedade de José Estanislau Machado tem por endereço ora a rua Silvério Lessa,⁸¹ ora a “rua Atrás das Mercês”.⁸² A ausência da rua das Mercês em

76. BAT/Inventário de Manuel da Cunha Silva, 1814 [1º Ofício, maço 218.

77. BAT/Inventário de José Guedes da Silva, padre, 1801 [1º Ofício, maço 32, fol. 91.

78. Machado (1944, p. 163).

79. A1-9, fol. 322.

80. BAT. CPO, maço 28, fol. 13.

81. A6-11-3, #233, de 30 de dezembro de 1929.

82. *Pão de Santo Antônio*, 1º de abril de 1932, p. 4.

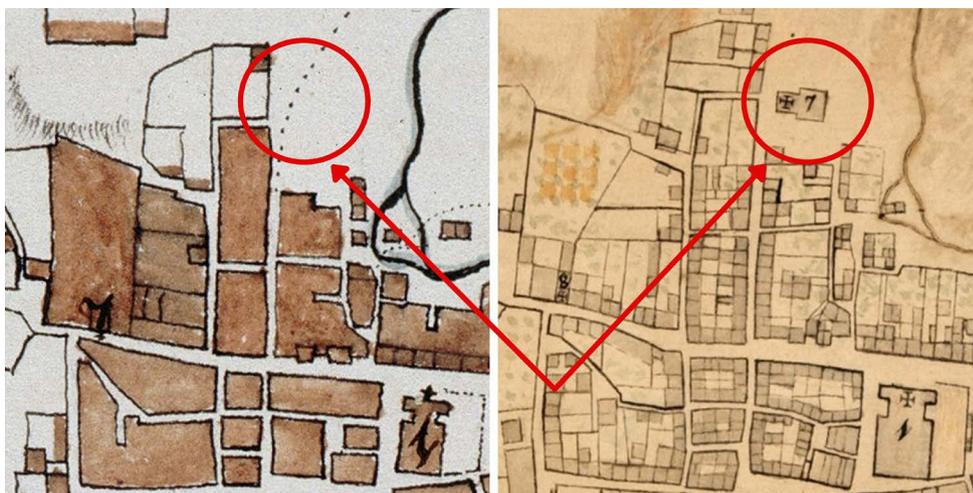


Figura 4 – Localização da igreja das Mercês nos mapas de 1775 e 1784. Fontes: AHU (1775a) e AHEX (1784).

83. BAT. CPO, maço 11, fol. 4v.

84. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Coleção cartográfica e iconográfica. Pequena planta do arraial do Tijuco. Escala [ca.1:4.000]. – [ca. 1775]. – 1 planta ms.: color., desenho a nanquim; 14,4 x 19,3cm em folha 16,8 x 43,7cm. [AHU_CARTm_011, D. 1162].

1775 deve-se a que a igreja ainda não existia, como se pode ver no mapa que acompanhava a lista, mas que já figurava no mapa de 1784 (Figura 4).

24. Beco da Intendência (três residências; três moradores): atual beco de Modesto de Almeida; cf. “rua da Intendência”.

25. Campo (23 residências; 46 moradores): este logradouro corresponde ao “campo do Curral”, rebatizado de “largo do Curral”, atualmente praça Dom João. O inventário de Brígida Maria de Jesus, de 1810,⁸³ registra as casas que tinha com quintal “no bairro chamado da Romana, frente para o largo da Romana”, que pelo lado da nascente confrontava com o “campo do Curral”, e pelo poente com o padre Antônio José Alves e Romana Teresa.

26. Macau (103 residências; 165 moradores): cf. “Macau”.

27. Arraial de Baixo (dez residências; onze moradores): rua Abílio Barreto.

A marcação das correspondências aqui propostas na principal fonte cartográfica do antigo arraial do Tijuco em 1775 é ilustrado pela Figura 5. Chama a atenção o fato de que a sequência dos logradouros, pelo menos até o número 19, sugere terem sido listados em 1775, segundo um roteiro. Se esta hipótese tiver fundamento, então de fato a rua das Vendas pode corresponder à atual rua de Campos Carvalho (a qual, como se assinalou anteriormente, até 1878 era conhecida por rua do Comércio), preenchendo a lacuna na sequência – rua da Quitanda (#6), rua da Intendência (#7), rua das Vendas (#8), rua do Bonfim (#9), rua do Carmo (#10), rua do Contrato (#11) e rua da Abegoaria (#12). Do mesmo modo, pode-se conjecturar que as ruas de Luís Gomes (#3), de Julião Antônio (#4) e do Padre Manuel da Costa (#5) correspondessem a algumas das atuais ruas dos Coqueiros, das Mercês e José Bernardo Coelho, ou à praça Joubert Guerra e beco do Alecrim. No entanto, excluindo-se o que poderiam ser considerados os subúrbios do arraial, o número de logradouros da lista de 1775 – 27 – é menor do que o representado nas plantas de 1775 e 1784, nas quais constam o traçado dos atuais becos da Tecla, das Beatas, das Gaivotas, e a rua Antônio de Paiva Oliveira, por exemplo.⁸⁴ A sequência beco do Mandioca, beco de Custódio Barbosa e beco da Cadeia sugere que os dois primeiros correspondessem aos atuais beco do Alecrim e travessa do Carmo. A localização central e o número de residências representadas no mapa de 1784 poderia ser um dos elementos invocados para corroborar a hipótese. Mas só o avanço das pesquisas poderá aferir sua validade.

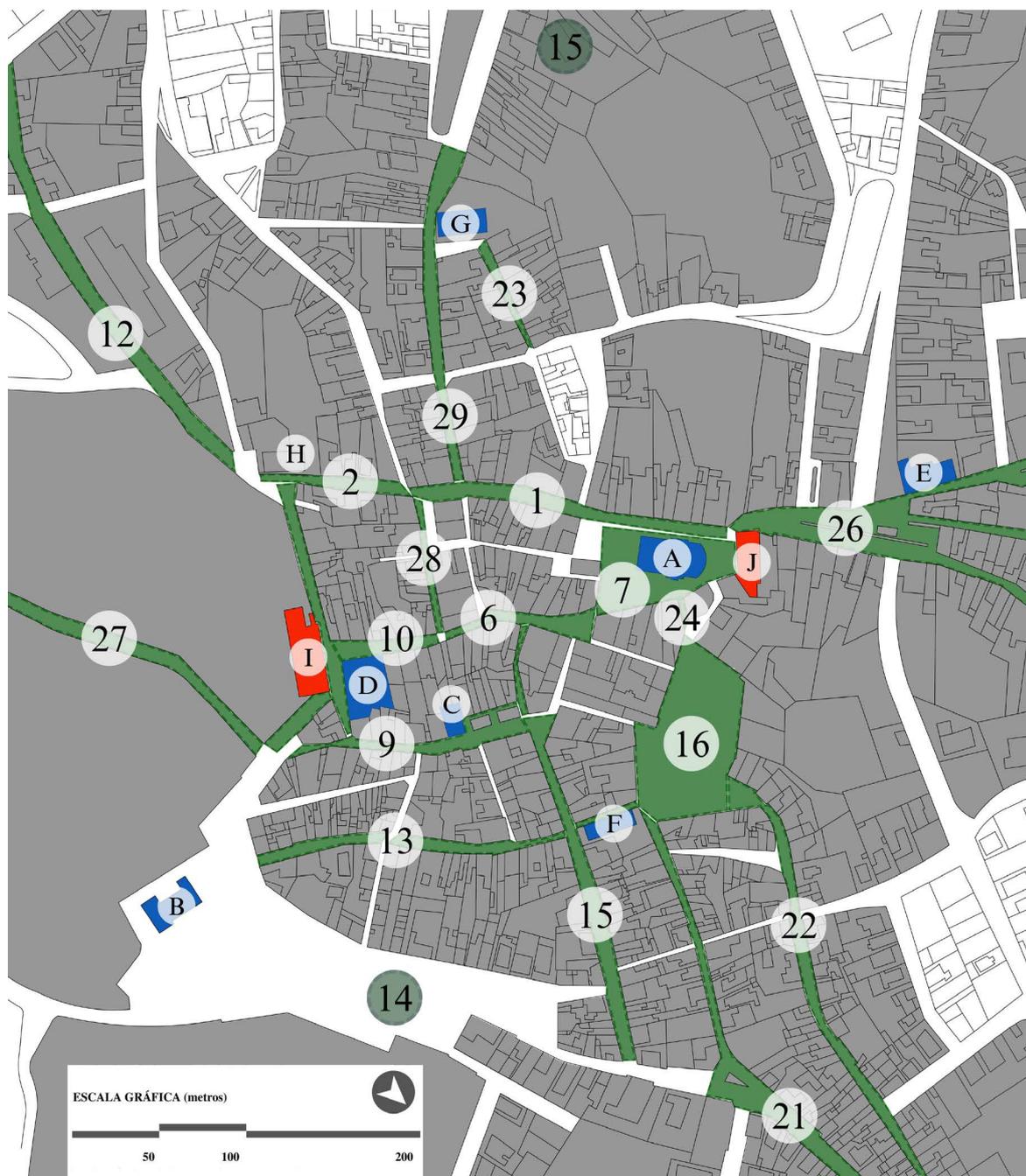


Figura 5 – Planta atual da cidade de Diamantina com a localização dos logradouros do antigo arraial do Tijuco, 1735-1752, 1775. Fontes: ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 29 de março de 1734 a 19 de janeiro de 1736 [OM.COD.0.139]; 18 de janeiro de 1736 a 18 de janeiro de 1740 [OM.COD.0.806]; 18 de maio de 1745 a 18 de agosto de 1751 [OM.COD.0.860]; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL). COLEÇÃO CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA. MINAS GERAIS. Pequena planta do arraial do Tijuco; 1775. Escala [ca.1:4.000]. – 1 planta ms.: color., desenho a nanquim; 14,4 x 19,3 cm em folha 16,8 x 43,7 cm [1162].

Legenda:

	1735-1752	1775	Atual
1	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita
2		Rua da Ópera	Rua Vieira Porto
6	Trecho da rua que vai desta Intendência para a igreja de Santo Antônio rua das Travessas; rua do Francês; rua do Capim; rua da Quitanda; rua da Quitanda do Capim.	Rua da Quitanda	Rua da Quitanda
7	Rua Detrás da Igreja de Santo Antônio	Rua da Intendência	Praça Conselheiro Mata
9	Rua do Fogo; praça/rua dos Traficantes	Rua do Bonfim	Rua do Bonfim
10	Trecho da rua que vai desta Intendência para a igreja de Santo Antônio; rua dos Mercadores	Rua do Padre Bartolomeu	Rua do Carmo
11	Rua da Intendência, rua do Contrato	Rua do Contrato	Rua do Contrato
12		Rua da Abegoaria	Rua do Jogo da Bola
13	Rua do Rosário	Rua do Rosário	Rua do Rosário
14		Rua da Cavalhada Velha	Praça Doutor Prado
15		Rua do Amparo	Rua do Amparo
16		Rua da Cavalhada Nova	Praça Barão de Guaicuí
19	Travessa da Cadeia Velha	Beco da Cadeia	Rua do Palácio
20		Beco da Quitanda	Beco da Pena
21		Beco do Padre José Guedes	Rua do Espírito Santo
22		Burgalhau	Burgalhau
23		Beco de Tomás de Aquino	Rua Silvério Lessa
24		Beco da Intendência	Beco de Modesto de Almeida
25		Campo	Largo Dom João

	1735-1752	1775	Atual
26	Macau	Macau	Macau
27		Arraial de Baixo	Rua Abílio Barreto
28	Rua/travessa de Bernardo da Silveira; travessa dos Mercadores; travessa da Igreja; travessa da Direita		Travessa do Carmo
29	Rua de Cima que vai para o Arraial de Baixo		Rua das Mercês
A	Igreja de Santo Antônio		
B	Igreja de Nossa Senhora do Rosário		
C	Igreja de Nosso Senhor do Bonfim		
D	Igreja de Nossa Senhora do Carmo dos Terceiros Carmelitas		
E	Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Terceiros Franciscanos		
F	Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Pardos		
G	Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Crioulos		
H	Capelinha de Santa Quitéria		
I	Conjunto de edifícios da Intendência dos Diamantes até 1750		
J	Residência do intendente dos Diamantes a partir de 1750		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, ao analisar a variação dos nomes dos logradouros do antigo arraial do Tijuco nos quais funcionavam estabelecimentos comerciais, permitiu também apresentar um esboço do seu espaço urbano a partir da correspondência entre os nomes dos logradouros empregados no século XVIII e os atuais. Na década de 1730, os estabelecimentos comerciais se concentravam principalmente nos logradouros próximos ao conjunto de edifícios que compunham a Intendência dos Diamantes, localizada na rua do Contrato entre as atuais ruas do Palácio e do Jogo da Bola. Contudo, nos primeiros anos da década de 1750, a mudança da residência do intendente para o prédio na atual praça Conselheiro Mata parece ter começado a provocar mudanças no eixo de gravidade da atividade comercial, pois que a maior parte dos estabelecimentos passaram a concentrar-se nas ruas da Quitanda, Vendas, Direita e na rua Detrás da Igreja de Santo Antônio. Em 1775, essa mudança de fato parecia ainda mais nítida, como mostrou a professora Júnia Furtado – tratava-se de uma “geografia hierárquica do comércio que distinguia as ruas mais importantes” em 1775.⁸⁵ Como bem assinalou, a rua da Intendência – antiga rua atrás da igreja de Santo Antônio, atual praça Conselheiro Mata – “parece ter sido o mais importante e distinto eixo comercial, devido à proximidade do prédio de onde emanava todo o poder da Coroa”. Corroborando esta afirmação, o responsável pela elaboração da lista dos logradouros em 1775 parece ter seguido um roteiro, no qual a atual praça Conselheiro Mata – onde se achava a igreja de Santo Antônio – foi o ponto inicial (a partir da rua Direita) e terminal (onde começava o Macau); o Arraial de Baixo, nesse roteiro, seria a parte suburbana, que coincidia com a estrada que ligava o Tijuco ao Serro.

Trata-se obviamente de um primeiro esforço, e pesquisas posteriores, sem dúvida, poderão refinar esta proposta.

Anexo 1- Proprietários de lojas e vendas no arraial do Tijuco com variação de endereço, janeiro-agosto de 1735.

Proprietários de lojas	Logradouro	1	2	3	4	5	6	7	8
Alexandre Fernandes Peixoto	Rua da Intendência para a Igreja			x	x	x			
André de Souza Guimarães	Rua Direita defronte da igreja	x							
Antônio Borges de Freitas	Rua detrás da igreja							x	x
Antônio de Araújo Palmeira	Rua de Baixo	x							
Antônio de Souza Nunes	Rua da Intendência	x	x	x	x	x	x	x	x
Antônio Pinto de Mendonça	Praça dos Traficantes				x	x	x	x	x
Antônio Rodrigues Barros	Rua Direita							x	x
Antônio Rodrigues de Jesus	Rua do Rosário	x	x	x	x	x	x	x	x
Cristóvão Mendes Leitão	Praça dos Traficantes			x					
Diogo Dias Correia	Rua de Bernardo da Silveira	x	x	x		x			
Diogo Dias Correia	Rua da Intendência para a Igreja				x		x	x	x
Domingos Pereira Álvares	Neste arraial								x
Domingos Marques do Vale	Rua da Intendência	x	x	x	x	x	x	x	x
Domingos Pereira Dias	Rua da Intendência	x							
Francisco Rodrigues Lima	Rua do Rosário							x	x
Inácio Garcia Henriques	Rua Direita			x					
João da Guerra Basto	Rua da Intendência para a Igreja	x	x	x	x	x	x	x	x
João da Silva Rocha	Rua de trás da igreja de Santo Antônio	x	x	x					
João de Moraes	Rua da Intendência para a Igreja	x		x				x	x
João Rodrigues dos Santos, alferes	Rua Direita	x	x	x	x	x	x	x	x
Joaquim Rodrigues Ferreira	Rua dos Traficantes	x	x	x					
Manuel de Almeida Ferreira	Praça dos Traficantes							x	x
Manuel Duarte	Rua do Fogo	x	x	x					
Marcos Adão	Rua Direita	x	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Francisco de Araújo	Rua da Intendência para a Igreja			x	x	x	x		
Valentim dos Santos	Rua da Intendência para a Igreja	x	x	x	x	x	x		

Proprietários de vendas	Logradouro	1	2	3	4	5	6	7	8
Agostinho Francisco Maravilha	Rua do Fogo		x	x				x	x
Agostinho Francisco Maravilha	Rua do Fogo							x	
Antônio Curvelo	Rua ao pé da igreja de Santo Antônio	x	x	x	x	x			
Antônio Curvelo	Rua atrás/de trás da igreja						x	x	?
Antônio da Silva Soares	Rua atrás/detrás da igreja de Santo Antônio	x	x	x	x	x	x	x	x
Antônio Gonçalves	Rua do França	x	x	x	x	x	x		
Antônio Pereira de Figueiredo Homem	Rua do Rosário						x		x
Antônio Pereira de Figueiredo Homem	Travessa do Rosário				x	x		x	
Bernardo Ferreira de Souza	Rua da Intendência para a Igreja	x	x	x	x	x	x	x	x
Custódio Vieira de Araújo	Macau						x	x	x
Custódio Vieira de Araújo	Rua ao pé da fonte do Macau		x	x	x	x			
Domingos Álvares	Travessa do Silveira	x	x	x	x	x	x	x	x
Filipa Pinheiro	Rua de cima que vai para o Arraial de Baixo	x	x						
Francisco de Freitas	Praça dos Traficantes					x			
Francisco de Freitas	Rua do Fogo			x	x		x	x	x
Francisco Fernandes Abelha	Rua Direita do Rosário						x	x	
Francisco Fernandes Abelha	Rua do Rosário	x	x	x	x	x			
Francisco Fernandes Abelha	Rua Direita								x
Francisco Gonçalves de ?	Canto de cima da rua do Fogo	x	x						
Frutuoso de Carvalho	Rua dos Traficantes								x
Inácia de Campos	Rua do Rosário	x	x	x	x	x	x		
João de Almeida	Rua Direita	x	x	x	x	x	x	x	x
João de Araújo Lima	Rua da Intendência para a Igreja						x	x	x
João de Souza de Aguiar	Rua do França	x	x	x	x	x	x	x	
João Francisco de Moraes	Travessa do Silveira	x	x	x	x	x	x	x	x
João Mendes Teixeira	Rua de Baixo	x							
João Rodrigues	Canto de cima da rua do Fogo	x	x	x		x	x	x	x
João Rodrigues	Travessa do Silveira				x				
Jorge da Gama		x							
José Álvares Pinto	Rua do França			x	x	x	x	x	x
José Antônio do Vale	Praça dos Traficantes						x		x
José Antônio do Vale	Rua dos Traficantes (praça)	x	x	x	x	x		x	

Proprietários de vendas	Logradouro	1	2	3	4	5	6	7	8
José Correia de Carvalho	Rua Direita	x	x	x					
José da Costa Meirão	Rua de Bernardo da Silveira	x	x	x	x	x			
José da Costa Meirão	Travessa do Silveira							x	
José da Fonseca	Rua ao pé da Cadeia Velha						x	x	
José da Fonseca	Travessa da Cadeia Velha	x	x	x	x	x			
José Tavares	Travessa do Silveira	x	x						
Julião da Costa Lisboa	Rua do França	x	x	x	x				
Julião da Costa Lisboa	Rua do França	x							
Julião da Costa Lisboa	Rua da Intendência para a Igreja					x	x		
Luís Gonçalves	Rua ao pé do Macau		x	x	x	x			
Luís Gonçalves Ribeiro	Macau						x	x	x
Manuel de Figueiredo Banha	Rua Direita	x	x	x	x	x			
Manuel de Souza	Rua da Intendência para a Igreja	x	x	x	x	x	x	x	x
Manuel Ferreira Braga	Rua da Intendência para a Igreja	x	x						
Manuel Gomes Ferreiro	Rua dos Currais	x							
Manuel Gomes Ferreiro	Rua da Intendência para a Igreja					x	x	x	x
Manuel Gomes Ferreiro	Travessa do Silveira		x	x	x				
Manuel Gonçalves	Rua do Fogo					x	x	x	x
Manuel Lopes dos Reis	Rua de Baixo junto ao córrego	x	x						
Manuel Peixoto Guimarães	Rua de Baixo	x							
Manuel Pinto da Mota	Rua Direita do Rosário	x	x	x	x	x			
Manuel Pinto da Mota	Rua do Rosário	x	x	x	x		x	x	x
Manuel Pinto da Mota	Rua do Rosário		x						
Manuel Veloso de Macedo, capitão	Rua do Fogo	x	x	x	x	x	x	x	x
Matias Barbosa	Rua da Intendência para a Igreja							x	x
Matias Barbosa	Praça dos Traficantes			x	x	x	x		
Matias Coelho de Abreu	Frente da igreja						x		
Matias Coelho de Abreu	De trás da igreja							x	x
Rosa Maria	Rua de trás da igreja de Santo Antônio			x	x	x	x	x	x
Teotônio de Brito Barbosa	Rua do Fogo		x	x		x			
Teotônio de Brito Barbosa	Rua da Intendência para a Igreja				x		x	x	?

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijucu – 29 de março de 1734 a 19 de janeiro de 1736 [BR RJANRIO OM.COD.0.139].

Anexo 2 - Lojas e vendas do arraial do Tijuco, janeiro de 1750-julho de 1752

		1750			1751				1752						
E	Nome	1	2	3	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7
V	Anacleto de Freitas Pontes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F		F
V	André de Araújo Lanhoso	T	T	T	T	T	T	T	Fr				Fr	m	m
L	Antônio Antunes			Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di
V	Antônio de Azevedo													C	r
L	Antônio José Monteiro										De	De	De	De	De
L	Antônio Rodrigues Ferreira	C													
V	Antônio Vieira Barbado	T	T	T	T	T	T	T		Fr	Fr	Fr	Fr		
V	Bento Gonçalves Coelho	Di	Di	T	Frs	T	T		Fr	Fr	Fr	Fr	M	QC	C
V	Caetano Pereira de Gouveia													pC	C
L	Domingos da Silva Ferreira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	SJB	F	F	F	F
L	Domingos dos Santos Barros				F	F	F	F		F	F	F	F		
L	Domingos Teixeira de Carvalho	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De
V	Francisco da Cunha de Sampaio	T	T	T	F	s/n	F	F	F	F	F	F	F		
L	Francisco da Silva Santos	C		De	C	C	C	C	C	C	C	C	De		
L	Francisco Ferreira de São Miguel	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De	De
L	Francisco Roberto	C	C	C											
L	Francisco Teixeira	C	M	Di											
V	João Alves Muniz						T	T	Fr	Fr	Fr	Fr	Fr	C	r
L	José da Fonseca e Silva				Di	T	T	T		Fr	Fr	Fr	Fr		
V	José Pereira de Carvalho		T	T	T	T	T	T	Di	Fr	Fr	Fr	Fr	DI	Di
V	José Vieira Lanhoso	T	T	T											
V	Lourenço da Costa Pereira	T													
L	Luís Nogueira													pC	C
L	Luís Nogueira				C	C	C	C	C	C	C	C	M	C	C
V	Manuel Caetano de Abreu				T	T	T	T	Fr	Fr	Fr	Fr	Fr		
L	Manuel de Souza Arrifana													C	m

		1750			1751				1752						
E	Nome	1	2	3	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7
V	Manuel Dias da Costa	T													
V	Manuel Lopes	F	F	F	F	F	F		F	F	F	F	F		
L	Manuel Pereira de Meireles	C	C	C	Di	Di	M	M	Di	M	M	M	M		
V	Martinho da Cunha							T	Fr	Fr	Fr	Fr	Fr	C	C
V	Pedro Machado							T	Fr	Fr	Fr	Fr	Fr		
L	Sebastião de Lucena													C	C
L	Sebastião de Lucena				Di	Di	M	M	Di	M	M	M	M	C	C
L	Teodósio Pereira Lima, capitão										SJB	SJB	F	F	F
L	Torquato de Almeida Guimarães	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di	Di

Fonte: APM, CC 1089, fols. 1-29.

Abreviaturas: C: rua do Capim; Di: rua Direita; De: rua Detrás da Igreja de Santo Antônio; DI: Direita da Igreja; F: rua do Fogo; Fr: rua do Francês; Frs: rua dos Franceses; m: morador neste arraial; M: rua dos Mercadores; pC: praça do Capim; QC: rua da Quitanda do Capim; r: rua que vai para a praça do Capim; SJB: rua do Senhor do Bonfim (em abril de 1752, rua do Senhor Jesus do Bonfim); T: rua das Travessas. Observação: 1. Em janeiro de 1752 foi registrado João Alves Torres, e não João Alves Muniz.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

ALVARÁ e Regimento – regulamento a administração e extração dos diamantes do Brasil. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção da legislação portuguesa*; legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1829.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. Atas das reuniões da Câmara Municipal e do Conselho Consultivo de Diamantina. Ata de 24 de abril de 1879 [A1-10 – 16 de dezembro de 1878 a 23 de outubro de 1883].

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (PORTUGAL). MAPOTECA. Planta do arraial do Tijuco; 1784. Autor: Antônio Pinto de Miranda; colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, com seta norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, medindo 55cm x 41,5cm [06.01.1131].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL). COLEÇÃO CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA. MINAS GERAIS. Pequena planta do arraial do Tijuco; 1775a. Escala [ca.1:4.000]. – 1 planta ms.: color., desenho a nanquim; 14,4 x 19,3 cm em folha 16,8 x 43,7 cm [1162].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL). MINAS GERAIS. Ofício do intendente geral dos Diamantes João da Rocha Dantas e Mendonça para o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, no qual remete as relações de todos os habitantes da Demarcação Diamantina; anexo: relação dos moradores do arraial do Tijuco por logradouros e dos arraiais de Milho Verde, São Gonçalo, Gouveia, Andrequicé, Rio Manso e Inhaí; Tijuco, 15 de fevereiro de 1775b [cx. 108, doc. 9].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/AVULSOS/Requerimento do capitão João Ferreira de São Miguel à rainha D. Maria I, solicitando sair da prisão em que se encontra no arraial do Tijuco acusado de falsificar um bilhete da Extração Real; anexo: atestados, instrumento de justificação de testemunhas; [S.l.], anterior a 31 de outubro de 1785 [cx. 27, doc. 2230]. A ementa consta incorretamente 1788.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/MINAS GERAIS/Mapa das despesas efetuadas pela Contadoria da Administração da Real Extração dos Diamantes; Tijuco, 10 de janeiro de 1776 [cx. 109, doc. 2].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/MINAS GERAIS/Processo-crime em que são partes a Real Intendência dos Diamantes, pelo seu titular, o desembargador Luís Beltrão e Almeida, como autor e o furriel Silvestre Gomes Correia Falcão, como réu, pelo extravio de diamantes do contrato do Serro do Frio; Tijuco, 8 de maio de 1795 [cx. 140, doc. 15].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/MINAS GERAIS/Carta de Sancho de Andrade Castro e Lanções, intendente dos Diamantes da Comarca do Serro do Frio, expondo ao rei os fundamentos da queija de que formulava contra o contratador Felisberto Caldeira Brant; contém traslado da devassa do descaminho dos diamantes do cofre; Tijuco, 5 de agosto de 1752 [cx. 60, doc. 29].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/MINAS GERAIS/Requerimento de João Ferreira de São Miguel, capitão da Companhia de Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos do Arraial do Tijuco, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto; anexo: carta patente; S.l., anterior a 31 de maio de 1776 [cx. 109, doc. 53].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)/MINAS GERAIS/Requerimento do alferes Francisco Ferreira de São Miguel pedindo carta patente de confirmação do posto de capitão de uma das companhias de Ordenança de Pé do arraial do Tijuco do Serro do Frio; anexo: carta patente; S.l., anterior a 14 de março de 1767 [cx. 90, doc. 24].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 29 de março de 1734 a 19 de janeiro de 1736 [0M.COD.0.139].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 18 de janeiro de 1736 a 18 de janeiro de 1740 [0M.COD.0.806].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 18 de maio de 1745 a 18 de agosto de 1751 [0M.COD.0.860].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 18 de setembro de 1751 a 18 de setembro de 1756 [0M.COD.0.861].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 18 de novembro de 1756 a 10 de novembro de 1762 [0M.COD.0.140].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco: 18 de fevereiro de 1763 a 18 de novembro de 1764 [0M.COD.0.438].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Décima Predial do arraial do Tijuco: 1º de dezembro de 1810 [0M.COD.0.1799].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Décima Predial do arraial do Tijuco: 8 de janeiro de 1811 [0M.COD.0.1800] (falta a folha com os registros dos imóveis de número 386 a 399).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Balanço da receita e despesa da Real Extração dos Diamantes, 1774-1778 [CC 2122].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Contribuição das lojas e vendas do arraial do Tijuco; 18 de setembro de 1751 a 18 de setembro de 1756 [CC 1089] (segunda via do livro do Arquivo Nacional).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Diário da receita e despesa da Real Extração dos Diamantes, 1772-1788 [CC 2116].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Livro de termos de arrematações dos assentos de mantimentos para o destacamento de Dragões da Intendência dos Diamantes [CC-2010].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Tijuco: Intendência dos Diamantes, documentos da despesa a cargo do tesoureiro [CC-1088].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL). Manifesto das lojas e ofícios do Serro Frio e registro de cartas – 1736 [SC-53].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL). Ofício do fiscal da Real Extração dos Diamantes Luís José Fernandes de Oliveira ao governador da capitania de Minas Gerais Manuel de Portugal e Castro informando seu interesse em ir habitar nas Casas da Intendência no arraial do Tijuco; Tijuco, 12 de fevereiro de 1821 [SG – cx. 120, doc. 46].

ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (PORTUGAL). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1722. Diligência de habilitação de Francisco Ferreira de São Miguel; 1741-1742; 1748 [Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1722].

AUTOS da devassa da Inconfidência mineira. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016, v. 3, p. 367.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). ICONOGRAFIA. RIEDEL, Augusto [1836-ca.1877]. Hospedagem de Suas Altezas os srs. duque de Saxe e Luís Filipe em casa do sr. major Brant. Diamantina, MG : [s.n.], [1868-1869]. 1 foto : papel albuminado, p&b ; 21,8 x 27,8 [FOTOS-ARM.3.1.1(28)].

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, parte primeira – decreto de 25 de outubro de 1832 – extingue a Junta da Administração Diamantina do Tijuco e cria uma nova Administração na vila do Tijuco [sic], p. 174-175.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. Inventário do Barão de Araçuaí, 1867, Cartório do 1º Ofício, maço 11.

O PHAROL, Juiz de Fora, v. 47, 12 de março de 1912, p. 1.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ASSUMPTÃO, Livia Romanelli. Diamantina: uma formação urbana original. *Barroco*, Belo Horizonte, v. 17, 1993-1996,.

ÁVILA, Affonso. Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos: circuito do diamante. *Barroco*, Belo Horizonte, v. 16, 1994.

CARRARA, Angelo Alves. *Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos*. Juiz de Fora: Clio, 2008.

CARRATO, José Ferreira. *Igrejas, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Imprensa Nacional, 1968.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. *In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver: séculos XVI e XIX*. São Paulo: AnnaBlume, 2002. v. 1, p. 497-511.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Milho, feijão, angu e canjica; couve não?: Ou o que comiam (ou não) os escravos da mineração. *In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação (org.). História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI*. Belém: Paka-Tatu, 2020. v. 1, p. 442-467.

FURTADO, Júnia Ferreira. Espaço e sociedade em mapas e censos: o caso do arraial do Tejuco (Diamantina) no terceiro quartel do século XVIII. *In: ANTUNES, Álvaro Araújo; FONSECA, Cláudia Damasceno; ANDRADE, Francisco Eduardo (org.). Espacializando a história: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. v. 1, p. 79-111.

FURTADO, Junia Ferreira. Arraial do Tejuco. The multiple geographies of a colonial urbe. *In: MOTA, Maria Sarita; AZEREDO ATALLAH, Cláudia C.; COSTA, Rodrigo Dominguez da (editors). Portuguese Colonial Cities: Local Dynamics, Global Flows (c. 1500-1900)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022, p. 177-210.

KATO, Allan Thomas Tadashi. Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstituindo espaços e a lógica de sua organização social. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 283-320, 2012. DOI: 10.1590/S0101-47142012000100010.

LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Indignos de servir: os candidatos rejeitados pelo Santo Ofício português (1680-1780)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco cidade de Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

MARX, Murillo. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. *Barroco*, Belo Horizonte, v. 15, 1990-1992.

PESSOA, José Simões de Belmont. Urbanismo e a paisagem de Diamantina. *In: Dossiê de Inscrição de Diamantina na Lista do Patrimônio Mundial*. Brasília, DF: Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1998.

PESTANA, Til Costa. Diamantina. *In: ARAÚJO, Hélder Carita; ROSSA, Walter. Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 579-592.

PIRES, Letícia Bedendo Campanha. *Minas é o beco do Mota: a décima predial urbana e as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco entre os séculos XVIII e XIX*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

RUSSELL-WOOD, A. Local government in Portuguese America: a study in cultural divergence. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 16, n. 2, p. 187-231, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941, p. 40.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil*. Paris: Librairie Gide, 1833.

SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do distrito diamantino*. Rio de Janeiro: Tip. Americana, 1868.

VASCONCELOS, Sílvio de. Formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 121-134, 1959.

Artigo apresentado em: 06/03/2023. Aprovado em: 30/06/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License